

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.803 DE 12 DE MAIO DE 2022.

ACRESCENTA E ALTERA  
DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.799-  
A, DE 31 DE DEZEMBRO DE  
1966, NA PARTE RELATIVA À  
JUNTA DE RECURSOS  
FISCAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

**Art. 1º** Fica alterada a redação do art. 138, *caput* e §3º, da Lei nº 1.799-A, de 31 de dezembro de 1966, e acrescentados os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 138** A Junta de Recursos Fiscais será composta de 7 ( sete ) membros, sendo 4 (quatro) representantes da Prefeitura e 3 (três) representantes dos contribuintes, todos nomeados pelo Prefeito, com mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado, observados sempre os parágrafos deste artigo. Da mesma forma, serão nomeados 7 (sete) suplentes para servirem, quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos e no caso previsto no § 5º deste artigo.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º A Junta elegerá seu Presidente, dentre os membros efetivos, e seu Vice-Presidente, dentre os membros suplentes, sendo permitida e reeleição;

§ 4º (...)

§ 5º Havendo volume significativo de processos aguardando inclusão em pauta para julgamento, caberá ao Presidente, através de justificativa, convocar a constituição da Turma Provisória da Junta de Recursos Fiscais, formada pelos membros suplentes que passarão a membros titulares em caráter provisório;

§ 6º Caberá ao Vice-Presidente da Junta de Recursos Fiscais organizar os trabalhos da Turma Provisória, participar das sessões de julgamento e proferir o voto de qualidade quando necessário;

§ 7º Aplicar-se-a à Turma Provisória da Junta de Recursos Fiscais as mesmas regras aplicáveis à Junta de Recursos Fiscais;

§ 8º Caberá ao Presidente da Junta de Recursos Fiscais dissolver a Turma Provisória da Junta de Recursos Fiscais sempre que atendida a justificativa da sua criação, retornando os seus membros à suplência.”

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 2º** Fica alterada a redação dos arts. 141, 145, parágrafo único, 146, *caput*, e 153, I, da Lei nº 1.799-A, de 31 de dezembro de 1966, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 141** A Junta de Recursos Fiscais reunir-se-á em local, dia e hora designados pelo seu Presidente, em comunicação feita a cada membro com a antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas, não podendo as reuniões ser realizadas com intervalo inferior a 5 (cinco) dias, uma da outra, quando tratar-se de julgamento realizado pela mesma Turma.

**Art. 145 (...)**

**Parágrafo único:** As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, bem como ao Vice-Presidente, na ocasião da constituição da Turma Provisória.

**Art. 146** Os processos serão distribuídos aos membros da Junta mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição, salvo nos casos de processos conexos entre si, relativos ao mesmo contribuinte.

**Art. 153 (...)**

**I** – data de entrada no protocolo da Junta, observados os casos de processos conexos entre si, relativos ao mesmo contribuinte, ocasião em que poderão ser julgados em conjunto com o primeiro recurso interposto;”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio Grande, 12 de maio de 2022.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
BRANCO:  
49844210020

Assinado digitalmente por: FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO 49844210020  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM  
BRANCO), OU=20085105000106, OU=presencial,  
CN=FABIO DE OLIVEIRA, BRANCO 49844210020  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
Localização  
Data: 2022-05-12 18:18:06  
Foxit Reader Versão: 9.4.1

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

Cc/Todas as Secretarias/PGM/CSCI/CMRG/Publicação